

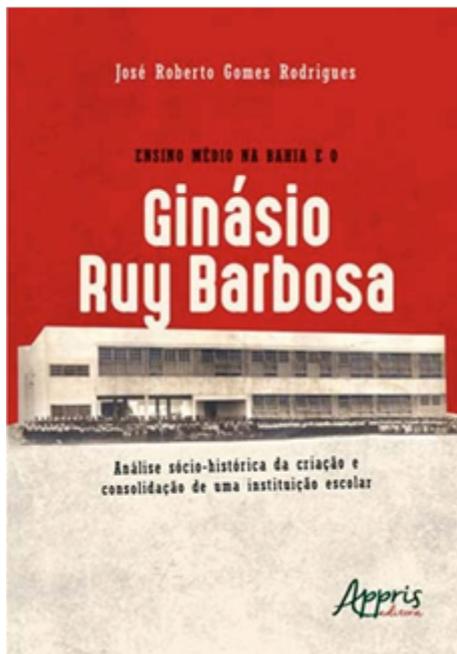
RESENHA | RODRIGUES, José Roberto Gomes. Ensino Médio na Bahia e o Ginásio Ruy Barbosa: análise sócio-histórica da criação e consolidação de uma instituição escolar. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

## O ensino secundário no Brasil de 1925 até 1955

Secondary education in Brazil from 1925 to 1955

*Educación secundaria en Brasil de 1925 a 1955*

Luana Mayara de Souza Brandão



O livro do educador José Roberto Gomes Rodrigues, intitulado “Ensino Médio na Bahia e o Ginásio Ruy Barbosa: análise sócio-histórica da criação e consolidação de uma instituição escolar”, da editora Appris, de 2018, foi resultado de sua tese de doutorado defendida em 2009. Esse autor é professor titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), é Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, é Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e possui Graduação em Pedagogia pela UNEB. A sua obra tem 273

páginas e está organizada em três capítulos; são eles: O ginásio como forma de escolarização; É “no campo do ensino médio que se fere a grande batalha”; e Ginásio Ruy Barbosa (1953-1963) – entre uma das bravatas da arraia miúda e uma utopia (quase) concretizada.

O primeiro capítulo, O ginásio como forma de escolarização, é composto por dois subcapítulos, quais sejam: 1 – Uma perspectiva socio-

histórica da escolarização e da instituição escolar; e 2 – Sobre a gênese, a história e a modernidade institucionais das formas de escolarização secundária e ginasial. No primeiro subcapítulo, o autor apresenta os motivos que o fizeram escolher os meios teóricos, os procedimentos, a metodologia e explica a maneira como a ideia da pesquisa que realizou foi amadurecida. Nesse subcapítulo, o autor fez uma abordagem baseada nas ideias de Pierre Bourdieu, do qual adotou a teoria de campo desse autor francês, os quais foram apropriados e operacionalizados ao longo do seu trabalho. No segundo subcapítulo, o autor põe em evidência muitos aspectos de análise da estruturação da escolarização no decorrer da história, bem como aborda pontos sobre o estudo da gênese e da história da escolarização secundária, das formas de escolarização e da origem do termo secundário.

O segundo capítulo, É “no campo do ensino médio que se fere a grande batalha”, é dividido em dois subcapítulos; são eles: 1 – A “Sopa dos pobres da educação” versus “Casas de negócios do ensino” versus o Ensino Oficial; e 2 – A educação na Bahia e os centros educacionais de Anísio Teixeira. No primeiro subcapítulo, Rodrigues (2018) dá destaque à ideia de campo de Bourdieu e aos entendimentos de João Roberto Moreira e Jayme Abreu no que se refere ao crescimento e à expansão do ensino secundário no Brasil. No segundo subcapítulo, esse autor faz associações entre as formas gerais de escolarização, analisando e interpretando as informações presentes em relatórios, especialmente os de Anísio Teixeira, e faz uma relação entre a educação post-primária, o ensino médio, os ginásios e os centros educacionais.

O terceiro capítulo, Ginásio Ruy Barbosa (1953-1963) – entre uma das bravatas da arraia miúda e uma utopia (quase) concretizada, é composto por três subcapítulos; são eles: 1 – O campo de produção cultural e educacional em Juazeiro- BA (1832-1963); 2 – Sociogênese do Ginásio Ruy Barbosa – o papel institucional da cooperativa cultural de Juazeiro responsabilidade Ltda.; e 3 – Uma utopia (quase) concretizada – a política escolar interna ao estabelecimento de ensino. Nesse capítulo, o autor aborda assuntos relacionados à educação na Bahia e examina essas questões relacionadas à escolarização secundária e ginasial. Ademais, o autor também trata da história local de Juazeiro-BA, de assuntos acerca do campo de produção cultural da

educação dessa cidade, da criação do Ginásio Ruy Barbosa e de outras instituições escolares, entre outros temas.

A discussão levantada por esse educador acerca do ensino secundário no Brasil aborda características, história, crescimento, mudanças, críticas e outros aspectos para entender um pouco mais sobre esse ensino no país. Para isso, Rodrigues (2018) abordou referências importantes da área do ensino secundário e da educação, sendo empregadas para auxiliar a discussão e o entendimento acerca desse ensino, como Chervel, Chapoulie, Petitat, Briand, Lahire, Vincent, Thin e Abreu. Diante disso, essa resenha tem como objetivo discutir o ensino secundário no Brasil no período de 1925 até 1955, de acordo com as informações presentes no livro supramencionado de Rodrigues (2018).

O livro de Rodrigues (2018) contribui para a história da educação secundária na Bahia, visto que o autor aborda a difusão do ensino secundário público nesse estado, fazendo uma ligação com a fundação do Ginásio Ruy Barbosa, que fica localizado na cidade de Juazeiro no interior da Bahia.

As discussões levantadas nesse livro mostraram que o século XX foi importante para o ensino secundário brasileiro, visto que muitas mudanças e renovações ocorreram nesse período, sendo algumas delas: elevado crescimento do ensino secundário no país entre o período de 1938 a 1954, constatando a expansão desse ensino no país; foi nessa época que o ensino secundário se oficializou como continuação do ensino primário; a consolidação da modernidade institucional desse ensino, de modo a beneficiar o fortalecimento e a solidificação do ensino secundário brasileiro.

Um dos motivos do século XX ter sido um período marcante no ensino secundário foi o fortalecimento da modernidade institucional desse ensino, de forma a beneficiar o fortalecimento e a solidificação dessa forma de escolarização como uma instituição de ensino, destinada a uma grande parte da população *in verbis*:

A rigor, o século XX é o tempo por excelência da consolidação da modernidade institucional do ensino secundário, de modo a favorecer a consolidação e a sedimentação dessas formas de escolarização, como uma escola destinada às amplas parcelas da população. Somente no final da primeira metade desse século, com a difusão dos ginásios (40, 50, 60), depois dos colégios (60, 70 em diante), esses últimos com certas variações e também distintos das formas originais como existiram na Europa, das escolas técnicas (especializadas) e

outras formas, que surgiram nos finais do referido século (RODRIGUES, 2018, p. 70).

Rodrigues (2018, p. 59) afirma que, em 1953, no Brasil, “[...] a rede nacional de escolas secundárias era praticamente de iniciativa privada”. Acaba que, no período de 1953 e 1954, os estados somente tinham um ginásio nas suas capitais, e a União somente um ginásio-padrão, que era o Colégio Pedro II, localizado na capital da República. De acordo com esse autor, apenas os estados do Paraná e de São Paulo tinham predisposição adequada para “[...] criação de vagas e abertura de matrículas em escolas públicas, as quais se sobrepunham à das escolas particulares”, na qual, no primeiro estado, as matrículas públicas já ultrapassavam as das instituições de ensino particulares e no estado de São Paulo somente estava começando (RODRIGUES, 2018, p. 60).

Rodrigues (2018) destaca em seu livro que havia atos e conflitos na área da educação na Bahia, definidos pelas discussões acerca da criação de ginásios no interior do estado e pela apresentação de um plano de implantação de um sistema educacional elaborado por Anísio Teixeira a partir de 1947 junto ao governo do Estado e ao parlamento baiano. A década de cinquenta foi uma época importante na educação secundária na Bahia, visto que foi apenas nesse período que os primeiros passos, atitudes e esforços de instituição de políticas de ampliação do ensino secundário nesse estado são realmente concretizados. Essa realização deu-se, especialmente, pela proposta apresentada por Anísio Teixeira, na época Secretário da Educação, através da criação de muitas escolas em municípios no interior e na capital. Essa proposta teria como propósito principal fazer com que a Bahia saísse do atraso educacional e social em que estava (RODRIGUES, 2018).

Rodrigues (2018), com excelência, também tece sobre conteúdos do trabalho do educador Jayme Abreu sobre educação secundária, que tem como título “A educação secundária no Brasil”, versando sobre as principais características do ensino secundário no país até 1955, que foi a época da publicação de seu trabalho. Jayme Abreu foi quem elaborou o relatório sobre a educação secundária no Brasil, além de ter ocupado cargos referentes ao ensino secundário. Rodrigues (2018) aborda críticas feitas por Abreu (1955), bem como indica sugestões quanto ao ensino secundário. Uma das críticas que esse educador faz é referente ao funcionamento

das instituições de ensino secundário nacional; no que concerne aos objetivos que estão na legislação, é que a concepção ultrapassa a realidade.

Em seu livro, Rodrigues (2018) aborda também a questão do financiamento da educação secundária ao explicar que existia uma disparidade em relação aos custos e ao financiamento da escola pública e da escola privada, em que os custos da escola pública são maiores do que os da privada. Um dos motivos para isso é que a escola pública não abarca apenas a escola secundária, mas também “[...] a normal, a comercial, a agrícola e a industrial (técnica)”, e a escola privada abarca somente a escola secundária; outro motivo é a questão dos salários dos professores, que nas escolas particulares são mais baixos. Assim, a iniciativa privada tinha mais facilidade em atuar no campo da educação secundária, “[...] como escola particular totalmente paga pelos alunos ou através desse tipo de escola que recebia subsídios e subvenções governamentais” (RODRIGUES, 2018, p. 61).

Alguns fatores acabavam não contribuindo para que a qualidade do ensino secundário fosse melhor, tais como: edifícios inapropriados, poucos equipamentos, instalações físicas que não eram favoráveis, entre outros (RODRIGUES, 2018). De fato, não só naquela época, mas hoje infelizmente também muitas escolas têm problemas e dificuldades por conta da falta de investimentos e de recursos na educação e em políticas educacionais. Essa falta de financiamento acarreta, até hoje, a ausência de materiais e insuficiência de recursos didáticos fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem, além das estruturas físicas da maioria dos estabelecimentos de ensino serem precárias ou não adequadas, tendo também como consequência a desvalorização dos professores, que recebem salários baixos. Rodrigues (2018) destaca que os ginásios e os colégios, que eram sustenta-

dos pelo poder público, ficavam de forma rápida muito lotados devido à gratuidade do ensino. Em contrapartida, as escolas particulares, de 1930 em diante, empenharam-se principalmente ao ensino secundário. Em relação aos protestos referentes a melhores salários para os docentes, principalmente dos estabelecimentos de ensino particulares, para acolher essas reivindicações foi preciso iniciar um movimento solicitando ao poder público. Com isso acabou dando origem ao Fundo Nacional de Ensino Médio, possibilitando as instituições de ensino um ensino mais acessível e maior salário aos docentes.

Em seu livro, Rodrigues (2018, p. 62) afirma que, antes da Carta Magna de 1946, era muito pequena a importância que se dava para assuntos educacionais, em que as providências acerca desse ramo eram feitas sem “[...] que chamasse a atenção ou despertasse preocupação de muita gente, sobretudo em relação às regras, às normas e à legislação”. Apenas em 1930 é que esse desinteresse começa a mudar devido às pessoas começarem a pressionar por uma educação para todos com igualdade de oportunidades.

Rodrigues (2018) aborda em sua obra a legislação brasileira referente ao ensino secundário no Brasil, principalmente nos anos de 1946 a 1961, como a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do Brasil (LDB), a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, no qual foram elaborados os objetivos da educação secundária, e a Lei nº 4.024, de 1961.

De acordo com essa lei orgânica, Decreto-Lei nº 4.244/1942, os propósitos do ensino secundário são: constituir a personalidade completa dos adolescentes, dando seguimento ao ensino primário; intensificar o aumento das consciências patriótica e humanística, “[...] na formação espiritual dos adolescentes”; e oferecer preparação intelectual integral, sendo o suporte para os estudos mais aprofundados de formação especial (BRASIL, 1942, art. 1º).

A Lei nº 2.342/1954 instituiu o Fundo Nacional do Ensino Médio, que foi empregado para melhorar e expandir o “sistema escolar do ensino de grau médio do país e sem prejuízo dos auxílios e subvenções admitidas em Lei” (BRASIL, 1954, art. 1º). Esse fundo era utilizado em benefício do ensino de grau médio. A LDB de 1961 dedicou um capítulo de seu texto, o capítulo II, para tratar do ensino secundário, estabelecendo, primeiramente, que esse ensino permite diversidade de currículos, de acordo com as disciplinas optativas que as instituições escolherem. Essa lei também instituiu a quantidade de disciplinas que seriam ensinadas no ciclo ginásial, sendo nove matérias.

Assim, a obra supramencionada vai além da instituição escolar, pois faz o resgate da própria história da cidade de Juazeiro, onde fica localizado o Ginásio Ruy Barbosa, com destaque ao campo educacional, e revela, a fundo, narrativas, personagens, conflitos e relações de poder intrínsecos e extrínsecos como elementos importantes para uma adequada compreensão dos fatos.

## Agradecimento

A presente resenha foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## Referências

BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942*. Lei orgânica do ensino secundário.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Base de 1961* – Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

ABREU, Jayme. A educação secundária no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXIII, n. 58, p. 26, 1955.

RODRIGUES, José Roberto Gomes. Ensino Médio na Bahia e o Ginásio Ruy Barbosa: análise sócio-histórica da criação e consolidação de uma instituição escolar. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

Recebido em: 02/06/2022.

Aceito em: 21/07/2022.

### **Luana Mayara de Souza Brandão**

Mestranda em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Licenciada em Pedagogia pela Estácio. Graduada em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT). Membro dos grupos de Estudos e Pesquisas em História da Educação e Pedagogia da Pesquisa – GEPHEPP (UNEB) e do de Direito Público, Educação Jurídica e Direitos Humanos na Contemporaneidade (UNIT).

 [luhbrandao@gmail.com](mailto:luhbrandao@gmail.com)

 <http://lattes.cnpq.br/9995433176855815>

 <https://orcid.org/0000-0002-1635-9806>